

Dinheiro.

**Incentivo
ao carro
novo.**

Os incentivos do governo à indústria automobilística elevaram a participação do setor para 18,2% do Produto Interno Bruto.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro



EMENDA

BOLSA FAMÍLIA SÓ COM CURSO DE QUALIFICAÇÃO

Pessoas com mais de 14 anos terão a ajuda se fizerem curso

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

Relatora da medida provisória (MP) que amplia a idade limite dos atendidos pelo programa de transferência de renda Bolsa Família, a deputada Rose de Freitas (PMDB) incluiu em seu parecer a necessidade de se oferecer qualificação profissional para os beneficiários entrarem no mercado de trabalho.

Como Rose não abriu mão dessas condições de empregabilidade, fechou um acordo com líderes do governo. O Planalto se comprometeu a enviar ao Congresso um projeto complementar ao Pronatec (ensino técnico) prevendo parcerias com o Sistema S e outros mecanismos de profissionalização, sobretudo em localidades pouco assistidas.

“Foi uma batalha danada para conseguir esse acordo. Havia muita resistência, o governo não queria aceitar a inclusão da qualificação, mas tem que ter uma porta de saída. Eles (o governo) se esquecem de que quem recebe esse ajuda para sair da miséria e se alimentar mora em lugares de pouco acesso e de estrutura social muito difícil”, justifica Rose.

Jovens e mulheres que recebem o benefício querem se emancipar e se incluir no mercado de trabalho, e não ficar a vida toda dependentes, avalia a deputada. Com as mudanças e emendas acolhidas, a MP passou em comissão mista e virou um projeto



Benefício assegura renda de R\$ 70 por pessoa em caso de extrema pobreza

ARQUIVO/AG - 18/09/2011



EDSON CHAGAS - 10/11/2011

Capacitação. Rose fala que foi uma batalha conseguir um acordo com o governo.

“O governo não queria aceitar a inclusão da qualificação, mas tem que ter uma porta de saída.”

— **ROSE DE FREITAS**
Deputada e relatora da MP

de lei de conversão (PLV), previsto para ser votado amanhã na Câmara - e sujeito a mudanças se passarem destaques em plenário. Já perto de caducar, a

proposta tem que passar ainda pelo Senado.

Líder do governo no Congresso, o senador José Pimentel (PT-CE) conduziu as articulações dizen-

do que o governo tem interesse na proposta de Rose, mas que ficaria engessado com a obrigação de dar a “porta de saída” dentro dessa MP, já que nem

O RELATÓRIO DE ROSE

Renda de R\$ 70
▼ **Família incluídas**

Assegura renda mínima mensal de R\$ 70 por pessoa a todas as famílias incluídas no Bolsa Família.

Benefício extra
▼ **Extrema pobreza**

Amplia o alcance do benefício adicional concedido para superação da extrema pobreza. Essa complementação de renda, a partir de 1º de março deste ano, contemplará todas as famílias com renda per capita de até R\$ 70,

independentemente de terem ou não crianças e adolescentes.

Emendas

▼ **Capacitação**

Rose acolheu emendas que atrelam o Bolsa Família a programas de qualificação profissional. O relatório aprovado prevê que beneficiários com mais de 14 anos “poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais”. O governo enviará novo projeto facilitando cursos de capacitação Brasil afora.

todas as regiões receberem escolas de ensino técnico e profissionalizante.

Assim, o Planalto enviará um projeto posterior ampliando essa estrutura de capacitação. Na ausência de escolas federais de ensino técnico, moradores de bolsões de pobreza e de áreas rurais sem inclusão digital terão acesso a programas de qualificação por meio de parcerias com o sistema S (Sesc, Senac, Senai) ou por meio do deslocamento de agentes profissionalizantes para cursos nessas regiões pobres.

SEM CRIAR GASTO

Rose não criou obrigatoriedade de acesso a programas de capacitação profissional porque teria de indicar no Orçamento a fonte de receitas para execução, o que geraria outra discus-

são. Além disso, parlamentares não têm poder de criar despesas para o Executivo.

“Não se questiona a importância dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, mas, como benefícios assistenciais, temos consciência de seu caráter transitório e de sua finalidade, que é apoiar as famílias e seus membros para que superem as condições de pobreza e extrema pobreza”, salienta o parecer da deputada.

Uma das principais políticas sociais do governo federal desde o governo Lula (PT), o Bolsa Família virou referência no exterior, mas sofre muitas críticas exatamente pela limitação em oferecer alternativas profissionais para os atendidos, o que suscita polêmicas sobre influências eleitorais do programa.